

Resultados do banco são mais que uma “simulação contábil”

por Fernando Dantas
de São Paulo

O resumo dos balanços do Banespa desde o segundo semestre de 1994 publicados na edição de ontem deste jornal, e que estão em um relatório do conselho diretor do banco, são mais do que as meras “simulações contábeis” a que se refere o comunicado oficial do banco (ver matéria nesta página). Para se entender o significado daqueles números, é preciso descer aos detalhes do confronto jurídico (e até político) em que está envolvida a publicação dos balanços atrasados do Banespa.

Os interventores do BC efetivamente trabalharam com várias hipóteses para as demonstrações financeiras do Banespa, e a versão publicada é uma delas. Tudo leva a crer, porém, que a hipótese fundamental na versão publicada – de que a bilionária dívida de São Paulo com o Banespa não é jogada integralmente a prejuízo – deve prevalecer. A influência de outros fatores que variaram de hipótese para hipótese – provisão trabalhista e deságio da dívida externa – não é tão importante. Na verdade, o destino dos créditos junto a São Paulo é que decide a questão fundamental: se o patrimônio líquido do Banespa fica positivo ou negativo no balanço de 1994.

O lucro de R\$ 786 bilhões nos primeiros nove meses de 1996 que o Banespa apresenta naquele resumo dos balanços não deveria ser motivo de alegria exagerada para os defensores do banco, por vários motivos. Em primeiro lugar, como ficou claro na edição de ontem deste jornal, enquanto não houver a efetiva publicação, os balanços podem ser modificados. A situação extremamente confusa e até paradoxal em que estão envolvidas as contas do Banespa, como se verá mais adiante, dão margem a elaboração de balanços extremamente diferentes, do ponto de vista do resultado, dependendo dos critérios utilizados.

Em segundo lugar, os números do Banespa, apesar dos indiscutíveis progressos na captação, têm vários elementos preocupantes.

Em setembro de 1996, o banco captava no mercado de curtíssimo prazo (um dia) – no redesconto do Banco Central e no CDI (provavelmente vindo majoritariamente de instituições estatais) – R\$ 9,345 bilhões, diversas vezes o seu patrimônio líquido.

O Banespa teve déficit operacional de R\$ 384,2 milhões no primeiro semestre de 1996, déficit operacional mensal médio de R\$ 40 milhões no terceiro trimestre, e projeção de déficit mensal de R\$ 88 milhões no último trimestre do ano.

Finalmente, nas “simulações contábeis” constam como receitas de operações de crédito com o setor público quase R\$ 3 bilhões por semestre. É de amplo conhecimento público que os pagamentos do governo paulista – que concentra totalmente aqueles débitos – para o Banespa foram interrompidos desde a intervenção do Banco Central (BC), na virada de 1994 para 1995. Ainda assim, estas receitas, quando incorridas, são contabilizadas em regime de competência. Os resultados positivos que o Banespa apresentou em vários exercícios antes da intervenção devem-se exatamente a este tipo de critério contábil.

O Banco Central tentou, em meados de 1995, publicar um balanço de 1994 em que a dívida estadual era jogada a prejuízo, e o patrimônio líquido do Banespa ficava negativo em cerca de R\$ 4 bilhões. A publicação foi evitada por uma ação legal de iniciativa do ex-governador Orestes Quércia.

Uma alta fonte do Banco Central (BC) afirma que os balanços do Banespa depois da intervenção não serão mais publicados apresentando patrimônio líquido negativo. Existe toda uma queda-de-braço jurídica por detrás desta questão. O PL negativo permitiria ações legais contra ex-governadores e mais de cem ex-administradores do Banespa. A argumentação jurídica para a publicação do balanço com PL negativo é frágil, e caso ele fosse efetivamente publicado, o BC teria de enfrentar processos de, provavelmente, todos aqueles ex-administradores e governadores.

Assim, o resumo dos balanços noticiado por este jornal – que deixou claro que nada é definitivo antes da sua efetiva publicação – reflete uma das questões cruciais de toda a negociação do Banespa: o que fazer contabilmente com a dívida de São Paulo para com o seu banco, que atingia cerca de R\$ 9 bilhões quando o governador Mário Covas assumiu; chegava a R\$ 17 bilhões em 31 de março deste ano, data de corte do acordo previsto para ser assinado hoje; e, em termos correntes, já ultrapassa R\$ 20 bilhões.

Estas dívidas foram todas reunidas em um contrato renegociado pelo ex-governador Luiz Antonio Fleury em meados de 1992, prevendo pagamentos mínimos até o final do seu mandato, que multiplicavam-se várias vezes a partir do início de 1995. No seu último ano de mandato, Fleury praticamente não pagou nada em caixa, transferindo ações da Companhia Energética de São Paulo (Cesp) para o Banespa.

Ainda assim, tecnicamente, segundo o ponto-de-vista de vários juristas, São Paulo não estava inadimplente no final do exercício de 94, quando houve a intervenção. A própria questão da inadimplência de uma entidade soberana como um governo estadual é complicada juridicamente. No final de dezembro de 94, havia uma parcela em atraso de quinze dias, insuficiente para se caracterizar a inadimplência.

Se a dívida paulista não é jogada a prejuízo, o Banespa contabilmente tem uma fonte de grandes receitas. É este o cenário da versão dos balanços publicada por este jornal. A questão da provisão para o passivo trabalhista, do deságio da dívida externa e da data de corte do novo acordo fechado podem modificar os números, mas não tem o impacto fundamental de se jogar ou não a dívida paulista como crédito em liquidação, como foi tentado no primeiro balanço elaborado pelo Banco Central. É muito pouco provável que o BC insista na mesma estratégia, e menos provável ainda que o governo paulista a aceitasse. ■